

A economia brasileira entre crises e reformas

UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE NÍVEL SUPERIOR NO EIXO ILHÉUS – ITABUNA -BA (1980 - 1992)

GT - Economia Brasileira, Regional e Baiana

João José dos Santos¹
Anna Lúcia Côgo²

RESUMO

No presente artigo nosso foco de análise recai sobre a atuação do MEU-Movimento Estudantil Universitário, no Eixo Ilhéus/Itabuna, sul da Bahia, nas décadas de 1980 e inícios dos anos de 1990, almejando apresentar resultados de uma pesquisa acerca de como aqueles universitários participaram e reagiram ao contexto de abertura política e de retorno à democracia no Brasil no período, além de realçar, de forma concomitante, o papel do movimento estudantil regional no processo de Estadualização da FESPI e criação da UESC naquela mesma conjuntura.

Palavras-chave: Ensino Superior. Movimento Estudantil. Eixo Ilhéus-Itabuna. Século XX.

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo nos ocupamos de desvendar determinados aspectos inerentes ao processo de formação e consolidação do Movimento Estudantil - ME no eixo Ilhéus - Itabuna, no Sul da Bahia, realçando como este reagiu e participou das etapas da abertura política no país nos anos de 1980 e, no âmbito regional, qual o papel desse movimento em prol da Estadualização da FESPI (Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna) e criação da UESC no evoluir daquela conjuntura, e também como esses estudantes se integraram aos protestos nacionais do “Fora Collor” em 1992.

Para tanto, realizamos amplas leituras e pesquisas em obras/artigos de autores que tratam desses temas e questões afins, além de apoiarmo-nos em dados e informações que foram selecionadas nas fontes disponíveis como jornais, revistas, vídeos, dentre outras. É importante pontuar que a motivação para a realização desta pesquisa teve em mira apresentar seus resultados ao público, por meio de um conjunto de análises acerca da formação do ME

¹Licenciado em Ciências Sociais (UESC), Pós Graduado em História do Brasil, DFCH-UESC e Discente do curso Lato Sensu em Planejamento de Cidades, DCEC/UESC - E-mail: jjsantos@uesc.br

² Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas DFCH/UESC, Licenciada em História (UFES), Mestre em Ciência Política (UFMG) e Doutora em História Econômica (USP) - E-mail: annacogo@bol.com.br

A economia brasileira entre crises e reformas

no eixo Ilhéus – Itabuna, o que foi possibilitado pelas investigações nos acervos bibliográficos da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e em obras/textos da história regional acerca do período em foco, além das pesquisas nas fontes relativas ao MEU - Movimento Estudantil Universitário regional no referido período.

Nosso ponto de partida e o recorte temporal que baliza este estudo é a década de 1980, quando estudantes da FESPI se rebelaram reivindicando um ensino superior gratuito e de qualidade, já que o número de IES existentes na região sul baiana ainda era insignificante para atender à grande demanda daquela sociedade, sobretudo no eixo Ilhéus – Itabuna, maior núcleo populacional regional, onde o acesso ao ensino superior era restrito a poucos cidadãos.

No entanto, constatamos que são poucos os registros escritos acerca do processo que permeou a formação, organização e estruturação do ensino superior público na região, o qual se concretizou na estadualização da FESPI e criação da UESC no início dos anos de 1990. Os fatos e acontecimentos que marcaram essa transição motivaram as pesquisas que realizamos em acervos e fontes com vistas a coletar, selecionar e analisar o perfil do ME regional a época, e cujos resultados obtidos e aqui expostos podem contribuir para a presente (e também futura) geração estudantil enquanto suporte e veículo para auxiliar na compreensão da história e formação do MEU nestas “terras do sem fim”, ou seja, no eixo Ilhéus – Itabuna, conhecida internacionalmente por sua importância histórica, e também por ser berço das origens de escritores de renome que fazem referências à região em suas obras, difundindo culturalmente a região cacauera da Bahia no exterior - a exemplo de Jorge Amado e Adonias Filho, que difundiram conhecimentos de aspectos históricos e sociopolíticos da sociedade regional.

Nosso recorte espacial, aqui denominado “Eixo Ilhéus – Itabuna”, abarca as cidades de Ilhéus – Itabuna, cuja sociedade atravessou fases denominadas por estudiosos como “tempos de ouro” ou “dos frutos de ouro” do cacau e dos seus Coronéis, e de cuja história marcante ainda são encontrados “resquícios” daquelas práticas políticas na atualidade regional.

Nas análises do contexto regional do período, o realce será dado ao Movimento Estudantil de nível superior, objeto desse estudo, e às suas ações nos anos de 1980 até 1992, momento em que a sociedade brasileira se libertava politicamente de uma Ditadura que, por longo período, oprimiu vários segmentos sociais e calou a voz de artistas, intelectuais e outros cidadãos que se manifestaram criticamente contra o governo militar e autoritário (1964-1980).

A realização da pesquisa almejou, então, fornecer contribuições à história do Movimento Estudantil no eixo Ilhéus – Itabuna, cujo recorte histórico abrange um período de doze anos (1980-1992), do qual selecionamos e analisamos dados secundários, sobretudo

A economia brasileira entre crises e reformas

aqueles citados por Mesquita (2003) em seu estudo sobre o MEU brasileiro, e que possibilitou analogias entre o MEU nacional e o MEU regional (Ilhéus-Itabuna) na década de 1980.

No que tange ao nosso aparato teórico/conceitual e metodológico, outros autores/obras também foram adotados como referência neste estudo. Neste sentido, Filho e Machado (2007) observam que o aumento do número de estudantes teve o efeito de “polemizar novas questões ideológicas”, “criando rupturas de ideologias”, precisamente no final da década de 1980, momento em que a sociedade civil se organizou com vistas à redemocratização no país. Mas, por outro lado, formaram-se ideologias distintas que, após a Constituição de 1988, tiveram o efeito de fragmentar aqueles ideais, principalmente devido ao surgimento de vários partidos com distintas maneiras de pensar e de agir politicamente em relação aos rumos que o país deveria tomar naquela conjuntura.

Ressaltamos que os procedimentos metodológicos adotados neste estudo são bastante usuais na área das Ciências Humanas, onde procuramos situar o objeto de pesquisa no desenvolvimento do texto recorrendo ao Método Bibliográfico, sobretudo pela escassez de fontes sobre o MEU regional. Não obstante, acreditamos que os conhecimentos aqui reunidos podem contribuir para ampliar o entendimento da história do MEU no sul da Bahia e também se constituírem subsídios a novas pesquisas e estudos acerca do tema enfocado, considerando que a escassez de fontes sobre a temática e a decorrente dificuldade em aprofundar o assunto deixaram lacunas em nosso estudo, as quais podem ser minimizadas e/ou preenchidas a partir de novas iniciativas em se pesquisar o tema em questão.

Por conseguinte, acreditamos que os esforços empreendidos na realização deste estudo, cujos resultados serão brevemente apresentados na sequência do texto, podem subsidiar o conhecimento da juventude que se interessa pela temática, que disporá de maiores elementos relativos à memória e trajetória histórica do MEU regional, bem como do papel deste no processo de redemocratização do Brasil nos anos de 1980 e no movimento de criação da UESC/Estadualização da FESPI nos inícios da década de 1990.

A economia brasileira entre crises e reformas

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No que se refere ao aparato teórico-conceitual³ deste estudo, destacamos inicialmente que privilegiamos as análises de certos autores, cujos trabalhos trazem importantes reflexões sobre o tema e questões afins, os quais foram importantes para a montagem e direcionamento (fio condutor) das análises relativas ao nosso objeto de estudo. Assim, Foracchi (2008), Mesquita (2003), Filho e Machado (2007) abordaram, cada um a seu tempo e maneira, a temática em questão, possibilitando maior definição dos objetivos que nortearam a pesquisa de aspectos mais amplos relacionados ao MEU em geral e do processo de Estadualização da FESPI em particular, com foco na redemocratização do Brasil na década de 1980 e dos seus efeitos sobre o MEU regional do eixo Ilhéus – Itabuna naquela conjuntura específica.

2.1 REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS

No conjunto da bibliografia consultada elegemos um leque restrito de autores e obras que, a nosso ver, fornecem valiosas análises sobre o tema enfocado e serviram de referencial ao desenvolvimento deste estudo, acerca dos quais teceremos algumas considerações a seguir.

Em seu estudo Mesquita (2003) traz importantes contribuições ao identificar no bojo da estrutura organizativa do movimento estudantil os conteúdos e as formas do surgimento de uma nova sociabilidade militante que indicou novos horizontes ao mesmo. Procurou, assim, investigar, através do Movimento Estudantil, em seu meio institucionalizado, as mais diversas expressões, ora no modelo tradicional”, ora em suas manifestações/configurações inovadoras, partindo da perspectiva de que há uma dinâmica plural no interior do MEU, na qual se evidencia a presença de “diversos” movimentos estudantis.

Filho e Machado (2007), por sua vez, notam que o aumento do número de estudantes teve o efeito de polemizar novas questões ideológicas, criando rupturas em ideologias até então vigentes, precisamente no final da década de 1980, o que pode também ter contribuído para o aumento do número de partidos à época como o PSTU, PCB, PDT, PSB, PTC, PSC, etc. A elevação do número de estudantes coincidiu com o crescimento e a consolidação de

³Definir o foco com qual se formulará hipóteses para melhor entender a situação problema da pesquisa, segundo RAMPAZZO, Sônia Elisete; CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. Desmitificando a Metodologia Científica: Guia prático para a produção de trabalhos acadêmicos. Erechim: Habis, 2008. p. 141- 142.

A economia brasileira entre crises e reformas

novas correntes políticas no meio universitário, e que passaram a liderá-lo através do controle das principais representações nas organizações estudantis como UNE, UEE, DCE e também nas Federações de Cursos.

Em suas análises Foracchi (2008) destaca que o Movimento Estudantil experimentou um momento de “desmobilização” com o fim da Ditadura, sendo que seu foco abarca até o ano de 1985, quando os estudantes ainda se encontravam bastante mobilizados.

Isto posto, é crucial consideramos o Movimento Estudantil sob duas perspectivas: 1ª)naquela baseada na militância nos grêmios estudantis, (CA's e DCE's) ou seja, a participação dos estudantes enquanto ativistas; 2ª) na perspectiva partidarista (ou seja, dos partidos), que se caracteriza pelo envolvimento do MEU nos quadros dos partidos políticos, principalmente os de “esquerda”, e que têm em seus núcleos vários estudantes filiados que, paralelamente, atuam no Movimento Estudantil defendendo sistemas de ideias e convicções baseadas nos programas dos respectivos partidos.

O estudante no Brasil, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o “simples espírito anarquista” que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse “algo mais”, que torna o estudante brasileiro mais “politizado” do que seus congêneres europeus ou norte-americanos, consta de uma profunda revolta destes diante das maneiras como a história política do país foi conduzida décadas atrás, e também no modo pelo qual ele é governado no presente, além de uma entusiástica disposição em governá-lo de outra forma no futuro - conforme afirma Poerner (2006),“o estudante brasileiro é um oposicionista nato”.

O exercício do debate adquire importância fundamental em projetos científicos, pois, possibilita credibilidade à pesquisa com vistas a obter reconhecimento enquanto trabalho de status científico e acadêmico, que possa reunir um leque de contribuições ao campo da educação, do engajamento político e, sobretudo, em poder subsidiar pesquisadores interessados pela investigação da história e dos meandros do movimento estudantil.

O argumento em favor das vantagens do engajamento deve ser o que faz a ciência avançar. Ela pode fazer isso, e assim a fez, na medida em que fornece um incentivo à mudança dos termos do debate científico um mecanismo para injetar, a partir de fora, novos tópicos, novas perguntas e novos modelos de resposta (HOBSBAWN, 2000. p.150).

Esse estudo se orienta pelo intuito de fornecer à sociedade um conjunto de informações e análises que possa amparar novas pesquisas, sobretudo nas áreas da História do Brasil e da História Regional e, nesta última, com foco especificamente no MEU do eixo Ilhéus – Itabuna na década de 1980, período este em que destacamos a atuação dos

A economia brasileira entre crises e reformas

movimentos estudantis e as contribuições dos mesmos ao processo de redemocratização do país, e também no decorrer daqueles anos, especialmente no episódio do Impeachment do “Collor” na década de 1990, quando se observou uma participação efetiva dos movimentos sociais e, dentre estes, a forte presença do Movimento Estudantil nas manifestações populares.

Em nossa delimitação espaço-temporal do objeto de estudo no eixo Ilhéus- Itabuna e na década de 1980, ainda sob os resquícios da ditadura, quando os estudantes e a sociedade civil organizada clamavam e exigiam um país democrático, e a sociedade brasileira se encontrava no bojo da transição política denominada “diretas já” e em busca da tão desejada “redemocratização” do país, devemos pontuar também que o evoluir desse período foi bastante conturbado para a história local/regional, onde o cacauzeiro era a fonte de riqueza na Região Sul da Bahia, e cuja atividade agrícola começou a declinar e desembocou num processo que abalaria fortemente a economia regional e que se agravou devido à disseminação da “Vassoura de Bruxa”, praga que devastou o cacauzeiro da Bahia à época.

Neste estudo tratamos de levantar questionamentos no sentido de entender como o estudante se envolve na militância estudantil. Acerca disto, Renato Gancian (2005) tece críticas sobre o papel do estudante que é engajado no Movimento Estudantil, partindo das seguintes indagações: Como explicar o interesse do jovem universitário em participar do Movimento Estudantil? Esses jovens são motivados por simpatias a partidos políticos, ou lutam por uma causa social voltada ao bem coletivo da sociedade? Nessa perspectiva, tentaremos realçar o funcionamento de processos envolvendo a articulação política estudantil, situando a análise na realidade estudantil regional do Sul da Bahia no período enfocado.

Nessa perspectiva, o MEU foi ganhando força na região, principalmente nas etapas que marcaram a reivindicação da sociedade civil organizada pela instalação de instituições de ensino superior públicas no eixo Ilhéus - Itabuna, considerando que, até os anos de 1970 - 1980, havia apenas a Faculdade de Filosofia de Itabuna (FAFI), a Faculdade de Ciências Econômicas em Itabuna (FACEI) e a Faculdade de Direito em Ilhéus (FDI), as quais formalizaram uma junção denominada FESPI (Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna) no ano de 1972. Contudo, esta não atendia plenamente as necessidades da sociedade regional, posto que a FESPI era uma instituição privada, e a população clamava por uma universidade pública que garantisse formação profissional e educação de qualidade.

O florescimento do movimento pela estadualização da FESPI se deu no início da década de 1980 e naquele momento, o Movimento Estudantil da região ganhou força no decorrer do processo de estadualização da FESPI. Num trabalho de pesquisa realizado pelos

A economia brasileira entre crises e reformas

alunos da disciplina Sociologia na UESC em 1991, intitulado *O Processo de Estadualização da FESPI*, disponível na Biblioteca da UESC, é destacado que, com a redução da verba repassada pela FUSC (Fundação Santa Cruz), instituição mantenedora da FESPI à época, ocorreu um aumento significativo na mensalidade dos alunos, que passou de 775 cruzeiros para 5.000 cruzeiros e, então, os professores, com salários atrasados e os alunos sem condições de quitar suas mensalidades, se mobilizaram na realização de uma greve conjunta de docentes e discentes objetivando destituir o Diretor Aurélio Macedo do cargo de Diretor e exigir a Estadualização da FESPI.

Neste mesmo trabalho registra-se que no dia 18 de junho de 1988, o Presidente do DCE (Diretório dos Estudantes), David Pedreira, afirmou em entrevista que a volta às aulas estava condicionada a três fatores: gratuidade do ensino – que o Estado assumisse a Faculdade até a Estadualização; que houvesse a transferência do patrimônio da FUSC para o Estado; e que se garantisse o afastamento do Diretor Geral, prof. Aurélio Macedo, em razão do aumento nas mensalidades e a greve dos professores, cuja situação se encontrava atrelada aos métodos de administração do Professor Aurélio Macedo.

O Movimento Estudantil é um dos espaços políticos mais significativos para expressão da juventude brasileira, tanto na atualidade quanto em tempos anteriores. O MEU está sempre na vanguarda pelas grandes lutas nacionais, além da defesa da educação, bem como dos interesses da juventude. Foi assim na campanha do "Petróleo é Nosso!" em 1970, nas lutas contra a ditadura e pelas "Diretas Já", e também no "Impeachment do Collor", sendo que a maior expressão neste último episódio foram os chamados “caras pintadas”, movimento composto por estudantes e por outros setores da sociedade civil organizada.

Contudo, nota-se que, com as mudanças políticas e o advento do multipartidarismo nos últimos anos, o Movimento Estudantil atravessou uma crise de participação em razão de vários estudantes terem sido cooptados a se filiarem aos partidos políticos, o que levou à tendências de distanciamento da base e à descrença nos grupos dirigentes do MEU, onde ideologias se contrapunham umas às outras, refletindo fortemente as influências partidárias infiltradas no seio da militância estudantil, e configurando-se no seguinte cenário:

A vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil porque, só a duras penas, se sustém como vanguarda. Daí, talvez, o caráter inconsistente e circunstancial da sua atividade de politização da massa (...) o divórcio existente entre a cúpula estudantil e a base, expressa, nessas condições, não só a passividade de massa, sua inércia diante de qualquer esforço de comunicação, mas, sobretudo, a precária cobertura que os grupos políticos nacionais oferecem à vanguarda estudantil, o que revela, por sua vez, uma característica da atuação desses grupos, primordialmente, preocupados em concentrar seu esforço em setores



A economia brasileira entre crises e reformas

estratégicos do plano nacional e totalmente despreocupados em renovar suas bases. (FORACCHI, 1977, p. 232).

Conforme destacado por Vechia (2011), que também fez referência aos “partidos acadêmicos” existentes no MEU brasileiro em meados da década de 1960, dentre os quais se destacaram os seguintes: a Juventude Universitária Católica (JUC); a Ação Popular (AP) a Juventude dos partidos comunistas (PCB e PC do B), além da Política Operária (POLOP), surgida em 1962. Tais referências anteriores acerca do assunto são relevantes para se realizar analogias com o Movimento Estudantil Universitário que aflorou vigorosamente na década de 1980 no eixo Ilhéus – Itabuna, com vistas a melhor entender e explicar o processo no âmbito regional no referido período.

O Movimento Estudantil brasileiro passou, então, a defender princípios distintos, e isto afastou e dispersou seus componentes e o MEU foi, gradativamente, perdendo forças, em razão de uns defenderem ideais que outros integrantes do grupo não concordavam, levando à sua fragmentação e divisão. O MEU comporta em seu interior várias correntes ideológicas, como as que são ligadas aos Movimentos Negro, Feminista, MST, Ambientalista, Passe Livre, Habitação, LGBT, dentre outros, cuja situação ocasiona uma divisão e confusão ideológica no perfil do Movimento Estudantil Universitário.

A situação verificada no MEU brasileiro em geral, não acomete o Movimento Estudantil do eixo Ilhéus – Itabuna na década de 1980, pois este, juntamente com outros setores da sociedade civil organizada (como os docentes, o sindicatos de professores e os líderes comunitários de diversos setores sociais), obteve várias conquistas no período, sobretudo na questão relativa às reivindicações para estadualização da antiga FESPI, cujas manifestações pressionavam e sensibilizavam o Governo do Estado da Bahia para a edição da Lein.º6.344, de 05 de dezembro de 1991 (reorganizada pela Lein.º 6.898, de 18 de agosto de 1995), que instituiu o processo de Estadualização da Federação das Escolas de Ensino Superior de Ilhéus e Itabuna, (FESPI) que, a partir de então, passou a se chamar Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). A importância deste fato foi crucial para o fortalecimento e organização das lutas do Movimento Estudantil regional que, nesta conjuntura, se favoreceu da reunião de forças para estruturar o DCE (Diretório Central dos Estudantes), cujo fato lhe deu maior visibilidade social e legitimou suas formas de ação e luta naquela conjuntura.

A economia brasileira entre crises e reformas

3 METODOLOGIA

A metodologia que norteou a realização desta pesquisa/estudo inicialmente se pautou no procedimento usualmente utilizado na área das Ciências Humanas, qual seja, na adoção da técnica de pesquisa inerente ao Método Bibliográfico de coleta de dados, o qual, segundo Gil (2002), é desenvolvido com fontes selecionadas em instrumentos e obras já produzidas, tais como livros e artigos científicos. De acordo com Santana & Nascimento (2010), a pesquisa bibliográfica apresenta as seguintes características:

O material utilizado é constituído, basicamente de livros, periódicos, relatórios. Considerada como investigação de fonte secundária, vez que, as informações já foram produzidas e armazenadas por outros estudiosos. Não dispensa o rigor necessário a qualquer pesquisa científica, as etapas que compõem a definição de projeto e relatório de pesquisa (SANTANA & NASCIMENTO, 2010, p. 89).

Assim, além dos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica em si, utilizamos como complemento desta, as informações selecionadas em consultas e coletas de dados realizados em distintos locais, arquivos e acervos, a saber:

1. Na Biblioteca da UESC, levantamos fontes existente naquele acervo e relativas ao tema em foco, nas quais coletamos informações registradas em monografias, dissertações, teses e livros, que em muito contribuíram para uma melhor caracterização do nosso objeto de estudo;
2. No Centro de Documentação e Memória Regional da UESC/CEDOC também efetuamos pesquisas, sobretudo nas coleções de jornais, revistas e outras publicações regionais do período compreendido entre 1980-1992, com vistas a embasar a investigação acerca do Movimento Estudantil no eixo Ilhéus-Itabuna;
3. No Diretório Central dos Estudantes da UESC- DCE, também foi possível colher informações orais e documentais, ouvindo militantes das causas estudantis, além de termos acesso à fotos e publicações daquele período, fontes estas, cruciais para um discernimento de questões referentes à nossa pesquisa, e em cujo repertório documental foram consultadas as seguintes fontes: Atas das Assembleias do DCE – FESPI (1982- 1988); Boletins Informativos do DCE – FESPI (1983-1988); Carta Consulta da Universidade Estadual de Santa Cruz (1994); Jornal *Diário de Ilhéus* (1980-1988); e Jornal *Diário da Tarde* (1980- 1988).

Mesmo constatando uma relativa escassez de fontes para a pesquisa do tema aqui proposto, foi possível tecer análises sobre o perfil do MEU regional, com base no pequeno leque de dados e informações existentes nas fontes consultadas, sendo estas complementadas

A economia brasileira entre crises e reformas

e enriquecidas com as contribuições das fontes bibliográficas referenciadas neste artigo, a exemplo de Mesquita (2003), que produziu dissertação e tese sobre a temática em questão, além de publicar diversos artigos sobre o assunto, cuja obra, em seu conjunto, consideramos fundamental para entender o MEU no âmbito nacional e, desta maneira, poder detectar as especificidades deste no âmbito regional.

Outros autores também são referências importantes da pesquisa que realizamos, dentre estes: Melucci (1997); Poerner (2000) e Renato (2005), e cujas análises e informações contidas em suas obras forneceram contribuições cruciais para aprofundarmos várias questões abordadas no desenvolvimento deste texto, onde sintetizamos os resultados desta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Breve histórico da Educação Superior no Sul da Bahia (Eixo Ilhéus-Itabuna)

Segundo Oliveira (2004), é no final da década de 1960 que surge o Ensino Superior no Sul da Bahia, especificamente nas cidades de Itabuna e Ilhéus, onde, nos anos de 1960 foram criadas três IES's pela iniciativa privada, cuja formação, na seguinte disposição cronológica e por áreas, foram as seguintes: a Faculdades de Direito em Ilhéus (FDI), reconhecida pelo Decreto número 59.570 de 17/11/1966; a Faculdade de Filosofia de Itabuna (FAFI), reconhecida pelo Decreto número 63.737 de 06/12/1968; e a Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (FACEI), autorizada pelo Decreto número 67.147 de 08/08/1970. Estas três IES's colocaram, até o ano de 1971, vários cursos superiores em funcionamento: Direito, Filosofia (Bacharelado e Licenciatura), Letras (Bacharelado e Licenciatura), Pedagogia (Habilitação em Supervisão Escolar e Orientação Escolar), Estudos Sociais e Ciências. Com o passar dos anos tais faculdades vão se associar (em 1970) para formação da FESPI – Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna. (Cf. Carta Consulta da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, 1994).

É importante ressaltar que foi no contexto da expansão dos cursos universitários no país, com predominância privatista e de interiorização, que o ensino superior é implantado no sul da Bahia. Apesar de sua natureza privada, a FESPI não tinha fins lucrativos e possuía uma forte parceria com o setor público - a exemplo da CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - através da Fundação Santa Cruz.

A economia brasileira entre crises e reformas

Contudo, no evolver da década de 1980, com a redução dos investimentos estatais na região sul da baiana, o modelo que estruturou, e que mantinha a FESPI, entrou em crise, conformando um quadro de “colapso” deste modelo, tendo por consequência o aumento do valor das mensalidades dos discentes e os atrasos mensais no pagamento dos salários do corpo técnico administrativo e do corpo docente. É nesta conjuntura que ocorre a intervenção do movimento social no processo, principalmente do Movimento Estudantil, e a FESPI, ao invés de consolidar o seu caráter privado, contrariou a tendência privatista e a fuga de recursos públicos da região, sendo transformada, após significativo período de mobilizações, na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, instituição de ensino superior mantida com recursos do governo do Estado da Bahia que já havia criado anteriormente outras três IES's.

No decorrer desse processo de Estadualização da FESPI e de criação da UESC, foram registradas várias mobilizações dos estudantes em defesa da consolidação do ensino superior público/gratuito na região sul da Bahia, cujas ações contaram com o apoio de amplos setores da comunidade regional, que viam na FESPI um mecanismo para minimizar as contradições socioeconômicas e crises regionais resultantes do declínio da lavoura cacaueteira, alicerce da economia regional até então.

Segundo apontam certos estudiosos da educação superior no Brasil, a exemplo de Tourinho (1982) e Boaventura (1984), a Bahia foi um dos primeiros Estados a “interiorizar” a educação superior, ou seja, levar a educação de terceiro grau às cidades situadas em pontos mais distantes da Capital/ Salvador. Contudo, esta interiorização não estava ligada especificamente ao ensino público, já que grande parcela das Instituições de ensino Superior era mantida com recursos particulares, fato este que criava obstáculos para que um número significativo de indivíduos tivesse acesso à formação profissional em cursos superiores.

Figura 1: Imagem registrando Protestos na década de 1980, realizados por discentes da FESPI em Itabuna.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Bancários de Itabuna.

A economia brasileira entre crises e reformas

No Quadro nº 01, exposto na sequência deste texto, destacamos o processo de implantação das Instituições de Ensino Superior no interior da Bahia, onde se nota que o mesmo era restrito aos cursos ligados a agricultura e às licenciaturas, não sendo dinâmica a formação de nível superior ofertada à época.

Nesta situação, a população não tinha opções de acesso à formação acadêmica, o que sem dúvida prejudicou o desenvolvimento da educação superior na Bahia, onde a grande demanda estudantil por ensino superior público não lograva resultados concretos (resposta) por parte do Governo do Estado.

Portanto, o conjunto de dados e as informações expostas no Quadro nº 01 corrobora para entender que a educação de nível superior era bem precária no Estado da Bahia, pois, dos 417 municípios baianos o número de instituições superiores, criadas nas décadas de 1960 a 1990, apresenta-se a aquém da demanda do ensino superior do Estado.

O que mais chama à atenção, ainda neste Quadro 01, é que grande parte dessas instituições, eram particulares. Os discentes que terminavam o 2º Grau, e que desejavam ingressar no ensino superior deveriam, para tanto, se deslocar para Salvador ou para outras Cidades e Estados, alternativas estas que se apresentavam praticamente impossíveis para a maioria dos jovens, sobretudo aqueles oriundos das camadas populares da população.

A economia brasileira entre crises e reformas

Quadro 01- Relação das IES estabelecidas no interior da Bahia (1960-1990)

NOME	CIDADE	CURSOS	ANO
Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco - FAMESF (Pública)	São Francisco	Téc. Agrícola	1960
Faculdade de Formação de professores de Feira de Santana (Pública)	Feira de Santana	Licenciaturas curtas em Letras, Estudos Sociais e Ciências.	1960
Faculdade de Direito (Privada)	Ilhéus	Direito	1960
Faculdade de Filosofia (privada)	Itabuna	Filosofia, Estudos Sociais (Geografia e História)	1960
Faculdade de Formação de professores de Jequié (Pública)	Jequié	Formação de professores	1970
Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (privada)	Itabuna	Economia	1970
Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (privada sem fins lucrativo 1976)	Eixo Ilhéus - Itabuna (junção das faculdades das duas cidades = FESPI)	Direito, Filosofia, Economia, Estudos Sociais e Pedagogia.	1970
Universidade Estadual de Feira de Santana –UEFS (Pública)	Feira de Santana	Cursos na área de Educação (primeira Universidade Pública Estadual criada do interior da BA)	1976
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Pública)	Juazeiro e Caetité	Filosofia, Ciências e Letras	1980
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Universidade Pública)	Eixo Ilhéus - Itabuna (junção de faculdades) de duas cidades na UESC.	Direito, Filosofia, Economia, Estudos Sociais (que depois foi dividido em duas licenciaturas: história e geografia),	1990

Fonte: Quadro organizado pelo autor, com base nas informações contidas em artigos e livros, a exemplo de MARTINS, Carlos Benedito. “O público e o privado na educação brasileira nos anos 80”, in: Cadernos CEDES(25). Campinas: Papyrus, 1991.

Logo, entendemos que a Estadualização da FESPI e a criação da UESC foram tardias, talvez pela força da CEPLAC naquela conjuntura histórica de esplendor do cacau, quando a referida instituição almejava se manter como força motora na agricultura e na educação regional. Entretanto, tal postura prejudicou e retardou a ascensão da educação superior no Sul da Bahia em relação às outras regiões do Estado, considerando que em 1980, através da Lei Delegada nº 12, de 30/12/80, a Fundação Educacional do Sudoeste foi extinta como

A economia brasileira entre crises e reformas

mantenedora da Universidade, sendo criada a Autarquia Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) que, naquele contexto, abrangia a região de Vitória da Conquista, e também que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), maior instituição pública de ensino superior criada em 1983 e mantida pelo Governo da Bahia, por intermédio da Secretaria da Educação (SEC), e estruturada no sistema *multicampi*, está atualmente presente geograficamente em várias regiões do Estado, mas que, no ano de 1983, se restringia a poucos municípios baianos.

O Movimento Estudantil do eixo Ilhéus – Itabuna na década de 1980, inconformado com a realidade das escolas de nível superior existentes naquelas duas cidades, caracterizadas como privadas, isoladas, dispersas e que se apresentavam como insuficientes para atender às demandas regionais neste campo à época, vai então se rebelar reivindicando um ensino público e gratuito de qualidade no âmbito regional.

Tal situação ficou ainda mais crítica quando as taxas das mensalidades da FESPI atingiram 141%, e, os estudantes, os docentes e demais funcionários da instituição se agregaram para reunir forças e solicitar a estadualização da FESPI, realizando uma greve e boicotando as matrículas nos cursos da FESPI.

Figura 2: Foto registrando momento da construção do Pav. Pedro Calmon no início da década de 1980



Fonte: Foto cedida pela Assessoria de Comunicação da UESC – ASCON, na qual figuram algumas personalidades (da esquerda para direita), tais como: Dr. Wilson Maron, José Oduque Teixeira, Dr. Moacyr Oliveira e Dr. Erito Machado, dentre outros.

A economia brasileira entre crises e reformas

4.2 Conjuntura de crise na economia cacauceira do sul baiano nos anos de 1980

O Sul da Bahia, especificamente as cidades de Ilhéus e Itabuna, se tornou referência importante no território brasileiro no que tange a história da produção e economia cacauceira. Os frutos do cacau e a sua comercialização/exportação foram considerados, por economistas e pesquisadores de várias áreas do conhecimento, como os “frutos do ouro”, em razão de sua alta rentabilidade financeira, sobretudo em determinados períodos históricos em gerou grande poder econômico e político aos coronéis do cacau, cuja situação vigorou por longo período.

A expansão da cultura/produção de cacau na região Sul da Bahia, apresentou-se em crescimento no âmbito socioeconômico e também político, principalmente no decurso dos anos de 1960 até a década de 1980. A cultura do cacau foi tão importante para esta região que influenciou a vinda de várias instituições ligadas à economia, política e educação.

Com o estabelecimento e o desenvolvimento da lavoura cacauceira, a região Sul da Bahia, a partir do final do século XIX e início do XX, passou a ser vista como um Eldorado. Anualmente, milhares de pessoas chegavam de várias partes do país, principalmente de Sergipe, atraídos pela fama de riqueza atribuída à árvore dos frutos de ouro. Durante décadas, generosamente, os cacauais produziram os frutos que trariam riqueza, prosperidade, ganância, morte, vida; geraram e sustentaram fazendas, vilas, cidades e todos os seus órgãos: Centro de Pesquisa do Cacau - CEPEC, Centro de Extensão - CENEX, Escola Média de Agropecuária da Região Cacauceira - EMARC; a hoje Central Nacional dos Produtores de Cacau - CNPC, entre outros. O cacau trouxe a riqueza, mas também a pobreza. Trouxe fartura, mas também escassez. Construíram o porto de Ilhéus, escolas, estradas, mansões; propiciaram viagens, festas, orgias; financiaram coronéis, estudantes, banqueiros, políticos. Por conta do cacau, foram criados o Instituto do Cacau da Bahia - ICB e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauceira – CEPLAC. (Rocha, 2008:13).

Portanto, foi de suma importância a cultura cacauceira para a região sul da Bahia, onde ainda exerce influências significativas na área do turismo e no processo de desenvolvimento de pesquisas agrícolas, sendo o desenvolvimento destas últimas decorrentes do aparecimento da “Vassoura de Bruxa”, que ceifou a produção de cacau no Sul da Bahia. Esta intensificação no número de pesquisas agrícolas, principalmente pela CEPLAC, (autarquia criada para o desenvolvimento da cultura do cacau) foi motivada pelas várias tentativas em inibir o desenvolvimento da praga “Vassoura de Bruxa”, e muitas dessas pesquisas ainda continuam em execução na atualidade, criando formas alternativas para o cultivo do cacau, tais como a “clonagem” da planta. No entanto, o desenvolvimento das pesquisas não conseguiu conter o avanço da “Vassoura de Bruxa”, cujos efeitos perversos resultaram numa crise econômica que gerou vários outros problemas sociais e políticos na região, conforme bem expressado na citação que se segue:

A economia brasileira entre crises e reformas

Os reflexos da crise que se instalou de forma mais aguda no início dos anos 1990 decorrem de uma série de fatores, tais como baixa de preços do produto, política cambial e, em especial, uma doença que acometeu os cacauais da região, a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*). Esses elementos, em conjunto, foram responsáveis pela origem de uma grave crise, cujos resultados, do ponto de vista social, econômico e ambiental, apresentam-se altamente danosos. Esse fungo, verdadeira bruxa montada em sua vassoura, veio disposto a varrer dos cacauais a inércia, a inépcia, o comodismo. As árvores centenárias estavam em seu limite de esgotamento, sinalizando para a renovação. Contudo, a CEPLAC, principal guardião dos frutos de ouro, os agricultores, os exportadores, não souberam ler os signos que apontavam para o iminente colapso da lavoura cacauaieira. No início de sua saga no Sul da Bahia, o cacau foi introduzido no litoral. Canavieiras (à época fazendo parte do município de Ilhéus) foi a primeira área a cultivá-lo, em 1746, foi a atual área do município de Ilhéus que se constituiu como ponto focal da região cacauaieira. Mais tarde, a cultura expandiu-se para o interior, numa disputa pelas melhores terras. Dessa forma, diversas cidades surgiram em função dessa cultura, desviando sua atenção da cidade de Ilhéus, que se constituía na capital do cacau. (ROCHA, 2008:14).



Figura 3: Foto cedida pela Assessoria de Comunicação – ASCON/UESC, retratando fases da construção dos primeiros pavilhões de aulas da FESPI, financiados pela CEPLAC (1980) em terreno de uma fazenda de cacau doada para esses fins.

Assim, o cacau tornou-se um signo regional de grande expressão por ter sido o produto agrícola mais importante do Sul da Bahia nos últimos tempos, a ponto de constituir, geográfica e economicamente, em sua área de atuação, uma microrregião cacauaieira.⁴

⁴O conceito e a divisão da Bahia em zonas fisiográficas, do IBGE, perduraram por mais de duas décadas. Em 1966, o IBGE substituiu o conceito de Zona Fisiográficas Cacauaieira pelo de Microrregião Cacauaieira. Passaram a fazer parte desta nova divisão 28 municípios. Para Asmar (1983, p. 25), O conceito de Microrregião Cacauaieira, embora insuficiente, é o que mais se aproxima do conceito real de Região Cacauaieira. Isto pela importância do cacau aí representado, mas também pela própria homogeneidade cultural, histórica, social, econômica e geográfica. Quanto maior o raio de distância do eixo Itabuna-Ilhéus, mais se estará perto da heterogeneidade desses componentes, isto é, menor é a homogeneidade do espaço. ROCHA, Lurdes Bertol. A região cacauaieira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação – Ilhéus: Editus, 2008. IN: ASMAR, S. R. Sociologia da microrregião cacauaieira. Itabuna: Itagrafe, 1983.

A economia brasileira entre crises e reformas

Sucedendo ao período de progresso do cacau, veio a crise da economia cacauzeira, tão forte que interviu até mesmo na educação de nível superior no Sul da Bahia. A FESPI, mantida pela Fundação Santa Cruz que, por sua vez, estava subordinada à CEPLAC, devido aos efeitos desta crise, também sofreu com a redução de repasses financeiros: as mensalidades dos seus discentes tiveram um aumento excessivo e, somado a isto, houve atrasos de salários dos docentes e do corpo técnico administrativo, cuja situação, em seu conjunto, levou a uma greve conjunta desses setores no final da década de 1980, culminando na reivindicação da Estadualização da FESPI, fortalecida pelas mobilizações de movimentos sociais ligados aos estudantes e à sociedade civil organizada na Região Sul baiana.

4.3 Perfil dos Estudantes da FESPI em 1991

Pesquisando a documentação do DCE, através do trabalho de graduação “Processo de Estadualização da FESPI”, encontramos o levantamento publicado no Boletim da entidade em março de 1991, onde se registra que ficaria difícil a situação dos alunos se não estadualizasse a FESPI, conforme podemos observar na descrição reproduzida no Quadro 02 abaixo:

Quadro 02- Distribuição dos estudantes da FESPI:

Segundo condição no mercado de trabalho:

Assalariados	53,88%
Não trabalha	31,08%
Autônomo	9,65%
Empresário	3,38%

Segundo renda pessoal (em salário mínimo)

Não trabalha	22,93%
Até um salário mínimo	12,78%
Entre 1 a 3 salários	33,96%
De 3 a 6 salários	15,41%
Mais de 6 salários	11,65%

Frente à Família

Sustentado pela família	36,72%
É ajudado pela família	20,68%
Não depende da ajuda	10,28%
Ajuda a família	21,30%
Sustenta a família	7,52%

Segundo deslocamentos para a FESPI

De carona	40,35%
De ônibus	37,34%
Em carro próprio	12,78%
Outro	8,52%

Fonte: Processo de Estadualização da FESPI, 1991.

A economia brasileira entre crises e reformas

Como se pode observar nos dados acima descritos os estudantes da extinta FESPI em sua maioria, eram de baixa renda, ficando praticamente impossível a manutenção de um sistema privado com a cobrança de mensalidades, sendo estas reajustadas anualmente, e os discentes não conseguiam acompanhar este reajuste frequente das mensalidades.

Com mais da metade de seu quadro de discentes (53,88%) sendo assalariados, ficava cada vez mais difícil quitar a mensalidade que se aproximava do salário mínimo da época. Nota-se também que 40,35% dos estudantes chegavam a instituição de carona, deixando clara a precariedade do sistema de transportes e, sobretudo, a ausência de políticas estudantis. Realmente era necessária uma política de estadualização e implantação de mais IES's para sanar as demandas por educação de nível superior.

A região atravessava uma grave crise econômica na década de 1990 em razão dos devastadores estragos causados pela “Vassoura de Bruxa”, e os governantes e intelectuais da região passaram, então, a buscar formas alternativas de melhorias neste caótico quadro socioeconômico regional, tais como na exploração de recursos naturais da mata atlântica e do litoral/praias, bem como do seu potencial turístico e cultural - a exemplo do rico patrimônio histórico regional com vários monumentos e casarios da época da Capitania de Ilhéus e também do auge da economia cacauceira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo, situado nos quadros da História do Tempo Presente, buscou analisar o processo de organização do Movimento Estudantil Universitário no eixo Ilhéus-Itabuna, na década de 1980, com o intuito de explicar e destacar as contribuições e o papel deste na Estadualização da FESPI/UESC em um recorte histórico de doze anos (1980-1992), e com vistas a ampliar o conhecimento acerca do tema e fornecer subsídios à juventude que se interessa pelo assunto, alimentando e trazendo elementos da memória e da trajetória do movimento estudantil na história brasileira e regional.

Reconhecemos que ainda permanecem muitas lacunas sobre o tema devido à escassez de fontes relativas ao MEU regional, o que nos fez abordar o objeto de pesquisa numa perspectiva mais ampla, e dessa forma, poder realizar analogias entre o MEU nacional e a realidade deste nas cidades de Ilhéus-Itabuna, com foco privilegiado no processo de



A economia brasileira entre crises e reformas

Estadualização da FESPI e na conjuntura de crise que a região cacauzeira atravessava à época pelos efeitos da praga “Vassoura de Bruxa” que atingiu drasticamente o cacauzeiro.

Para tanto, recorremos aos estudos de Mesquita Ribeiro sobre o MEU no Brasil, realizando analogias com o Movimento Estudantil Universitário que se formou na transição da FESPI para UESC, o qual foi crucial para que o Sul da Bahia consolidasse a sua representação estudantil, enquanto entidade reivindicadora dos direitos dos estudantes. Na década de 1990, o Movimento Estudantil do eixo Ilhéus – Itabuna se voltou para um ideal de educação para todos, que fosse pública, de qualidade e que atendesse as necessidades do corpo discente de nível superior, principalmente em torno dessas duas cidades.

Conforme tentamos demonstrar com base nos estudos de autores que pesquisam o MEU, na atualidade os movimentos estudantis foram se confirmando em forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Não obstante há outros estudos realçando a vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, que não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil, “porque, só a duras penas, se sustém como vanguarda”.

Neste estudo entendemos que o MEU encontra-se fragmentado, buscando outros elos para se articular enquanto entidade representativa estudantil e cujas ligações tendem para maior proximidade com os partidos políticos, principalmente os chamados de “esquerda”. Os estudos consultados demonstram que nos dias atuais o Movimento Estudantil está aparelhado por partidos e ideologias. Analisando a militância estudantil sobre uma perspectiva crítica, de relações de poder, destacamos que o MEU buscou, na década de 1980, uma nova sociabilidade militante, resultando numa dinâmica plural no seu interior e a existência de diversos movimentos estudantis.

Percebemos que existem no Movimento Estudantil Universitário práticas e conteúdos novos que apontam para o surgimento desta nova sociabilidade, a qual vem se mostrando no interior do movimento, onde novos grupos se organizam para tentar incluir pautas amplas, abarcando temáticas como a causa negra, as relações de gênero, a cultura da paz, o primeiro emprego, entre outros temas que passaram a ser debatidos nos Congressos Estudantis como o CONEG, realizado pela UNE.

Do exposto, procuramos deixar clara a importância do MEU regional que, agregado a sociedade civil organizada e com suas efetivas manifestações nas ruas, visitando a Capital do Estado – Salvador, protestaram, pressionaram e contaminaram com seus ideais as autoridades

A economia brasileira entre crises e reformas

ligadas a educação, agentes políticos e o próprio Governador, cuja situação culminou no processo de Estadualização da FESPI e criação da UESC no ano de 1991.

REFERÊNCIAS

- ASMAR, S. R. **Sociologia da microrregião cacauceira**. Itabuna: Itagrafe, 1983.
- BALLARDINI, S. A. Córdoba, “Cordobazo” e depois. Mutações do movimento juvenil na Argentina. In: **Movimentos Juvenis: da globalização à antiglobalização**. (Org.) Carles Feixa, Carmen Costa e Joan Saura. Barcelona. Editora Ariel, 2002.
- BARROS, José d’Assunção. **Projeto de Pesquisa em História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- FARIA, Vanderlei. **Pacote de Abril**. Disponível em:
[Dtp://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/pacote-de-abril/](http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/pacote-de-abril/); Acesso em 15 jul. 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**. 6. ed. Curitiba: Posigraf, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Petrópolis: Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. **Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 6. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FORACCHI, Marialice M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Schwartz, 2000.
- MARTINS, Carlos Benedito. “O público e o privado na educação brasileira nos anos 80”, in: **Cadernos CEDES (25)**. Campinas: Papyrus, 1991.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento Estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, Outubro 2003: 117-149.
- MELUCCI, A. “Juventude, tempo e movimentos sociais”. **Revista Brasileira de Educação**. S. Paulo: ANPED, 1997.



A economia brasileira entre crises e reformas

OLIVEIRA, Caio Pinheiro. **Os estudantes no processo de estadualização da FESPI: do privado ao público 1980-1988.** Monografia apresentada a Universidade Estadual de Santa Cruz, Curso de História, 2003.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem:** História da participação política dos estudantes brasileiros, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Raimundo *et al.* **Processo de estadualização da FESPI.** Trabalho [graduação] - Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, Ilhéus, BA, 1991.

RENATO, Cancian. **Movimento estudantil e repressão política.** São Paulo: UFSCar, 2005.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa:** saga, percepção, representação – Ilhéus: Editus, 2008.

SANTANA, Judith Sena da Silva; NASCIMENTO, Maria Ângela Alves do. **Pesquisa. Métodos e técnicas de conhecimento da realidade social,** UEFS, 2010.

SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da utopia:** a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores. 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio,** volume único. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização:** As tendências estudantis e seu papel (1977/1985,). Tese apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2011.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1991.